

LEI MUNICIPAL Nº 21 DE 19 DE SETEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas, institui o Fundo Recurso Municipal Antidrogas e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapagipe/MG:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal Antidrogas de Itapagipe – **COMAD**, integrando-se ao esforço na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis Federal, Estadual e Municipal que compõem o Sistema Nacional Antidrogas, visando o pleno desenvolvimento das ações referentes ao controle e combate às drogas.

Art. 2º - Ao **COMAD**, compete:

I - Formular e propor o Plano Municipal Antidrogas juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, a Política Municipal Antidrogas, harmonizando-a com o Sistema Nacional e Estadual de prevenção, tratamento, recuperação de dependentes, fiscalização e repressão ao uso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, compatibilizando;

II - Coordenar as ações dos setores relacionados à prevenção, tratamento, fiscalização e repressão ao uso e abuso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, que atuam no município, sempre em consonância com as ações e determinações do Conselho Estadual e Conselho Nacional Antidrogas;

III - Propor procedimentos da administração pública nas áreas de prevenção tratamento e fiscalização do uso e abuso de substâncias psicoativas, lícitas, ilícitas e fazer o acompanhamento das atividades do sistema de repressão voltadas para o controle destas substâncias;

IV - Estimular pesquisa, promover palestras e eventos visando o combate e a repressão ao tráfico, bem como a prevenção e o tratamento do uso e abuso de substância física ou psíquica;

V - Incentivar e promover, em nível municipal, a inclusão de ensinamentos referentes à substância psicoativas em cursos de formação de professores, bem como dos temas referentes às drogas em disciplinas curriculares, considerados em sua transversalidade, nos ensinamentos fundamental e médio;

VI - Requerer e analisar informações e estatísticas disponíveis sobre ocorrências de encaminhamento de usuários e de traficantes aos diversos órgãos e as soluções dadas aquelas;

VII - Apoiar e encaminhar os trabalhos de Vigilância Sanitária em nível municipal, referente à produção, venda, compra, manutenção em estoque, consumo e fornecimento de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física, psíquica ou espécies farmacêuticas que a contenham, incluindo o controle e fiscalização de talonários de prescrição médica dessas substâncias;

VIII - Apresentar propostas para criação de leis municipais que atendam as carências detectadas por estudos específicos.

Parágrafo Único - Para cumprir o disposto no **inciso I** deste artigo, o **COMAD** e a Secretaria Municipal de Saúde, apresentarão anualmente um Plano Municipal de Prevenção, Tratamento, Fiscalização e Repressão ao uso e abuso de Substâncias Psicoativas, lícitas e ilícitas a ser divulgado na comunidade denominado **PROMAD** (Programa Municipal Antidrogas).

Art. 3º - Fica criado o Fundo denominado **Recurso Municipal Antidrogas – REMAD**, que tem como objetivo a capacitação e a aplicação dos recursos, segundo as deliberações do Conselho Municipal Antidrogas – **COMAD**.

Art. 4º - Compete ao Fundo Municipal – **REMAD**:

I - Registrar os recursos próprios previstos no orçamento do Município, ou a eles transferidos, em benefício do Conselho Antidrogas, pelo Estado, União e Organizações Internacionais;

II - Registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações ao Fundo;

III - Supervisionar a aplicação dos recursos municipais, destinados ao **COMAD**;

IV - deliberar sobre os recursos específicos por ele captados, destinados aos Programas Antidrogas, conforme resoluções do Conselho Municipal Antidrogas – **COMAD**.

Art. 5º - O Fundo – **REMAD** será constituído com os seguintes recursos:

I - Contribuições, subvenções e auxílios da União, Estados e do Município, bem como das Administrações Diretas e Indiretas;

II - Destinações autorizadas em Lei Municipal das arrecadações resultantes de consórcios, programas de cooperação, contratos e acordos específicos, celebradas entre o Município e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - Contribuições resultantes de doações específicas ao fundo;

IV - Transferências autorizadas de recursos de outros fundos;

V - Dotações orçamentárias repassadas pelo Município e créditos adicionais suplementares que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

VI - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

VII - outras receitas ou dotações orçamentárias autorizadas por Lei.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata este artigo serão depositados em Instituição Financeira Oficial, em conta sob a denominação Fundo Recurso Municipal Antidrogas e será

destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas geradas pelo **PROMAD** (Programa Municipal Antidrogas).

Art. 6º - O **REMAD** será gerido pelo Órgão Fazendário Municipal, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro proposta orçamentária anual, a ser aprovada em Plenário pelo **COMAD**.

§ 1º - O orçamento do Fundo **REMAD** observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente.

§ 2º - O saldo positivo, existente ao final de cada exercício financeiro, do Fundo Recurso Municipal Antidrogas poderá ser gasto no exercício seguinte para dar continuidade ao financiamento de ações do **PROMAD** no Município de Itapagipe.

Art. 7º - O detalhamento da constituição e gestão do **REMAD**, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, poderá ser regulamentado em Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e constará do Regimento Interno do **COMAD**.

Art. 8º - O **COMAD** deverá providenciar as informações relativas à sua criação ao **SENAD** (Secretaria Nacional Antidrogas), e ao **SISNAD** (Sistema Nacional Antidrogas).

Art. 9º - O **COMAD** será composto pelos seguintes membros:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um da área médica e outro da **área mental**;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - 01 (um) representante da Segurança Pública;

IV - 01 (um) representante do Serviço Social;

V - 01 (um) representante da Polícia Militar local;

VI - 01 (um) representante do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - 01 (um) advogado indicado pela regional na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB no Município;

VIII - 02 (dois) representantes indicados pelas unidades que prestam apoio e assistência aos usuários ou dependentes de drogas e seus familiares;

IX - 01 (um) representante escolhido entre os clubes de serviço do município;

X - 01 (um) representante da área de esportes, lazer e cultura;

XI - 01 (um) profissional médico indicado pela classe;

XII - 01 (um) profissional farmacêutico indicado pela classe.

§ 1º - Os membros do Conselho serão indicados pelos grupos que representarão e serão designados pela (o) Prefeita (o) Municipal para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais 01 (um) mandato.

§ 2º - O mandato de membro do **COMAD** é exercido gratuitamente, sendo considerado de relevante valor social.

§ 3º - Os membros do Conselho terão **suplentes** que os substituirão em seus impedimentos.

§ 4º - O conselho será presidido por um de seus membros, eleito pelos Conselheiros e se rege por regimento próprio que será aprovado por seus membros.

Art. 10 - O Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas será elaborado, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da posse dos seus membros e disporá sobre diretoria, reuniões, *quorum*, estrutura técnica-administrativa, regulamentações do Fundo Recurso Municipal Antidrogas, resoluções, atos, alterações regimentais, Projetos Municipais Antidrogas e funcionamento em geral.

Art. 11 - O suporte técnico e administrativo ao funcionamento do Conselho Municipal Antidrogas é da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive no tocante a instalações, equipamentos e recursos humanos.

Art. 12 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 19/89 de 15 de agosto de 1989 e a Lei Municipal nº. 16 de 08 de novembro de 2001.

Prefeitura Municipal de Itapagipe, 19 de setembro de 2007.

Benice Nery Maia
Prefeita Municipal

Mário Lúcio Queiroz da Costa
Secretário Municipal de Administração e Planejamento